


DJ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 41

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em quarta reunião da sessão ordinária de vinte e oito de Novembro, último, sob a Presidência do Presidente Alberto Dionísio Branco Lopes, Secretariado pelos Vogais Judite Yolanda Capelo dos Santos e Fernando dos Santos Manata, respectivamente, primeiro e segundo secretários eleitos e com a presença dos Vogais Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, José Maria Lobo Portugal M.R.Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Manuel de Carvalho Bernardes, Domingos Simões Maia, Manuel Marques Anileiro, António Pereira Campos Naia, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, Silvério Conde Teixeira, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, Pedro Martins Bastos, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Vital Marques Miranda, António Maio Ferreira Capela, Manuel Gaspar Fernandes e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Pelas 10 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais João Francisco do Casal, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Vitor José Pedrosa da Silva, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, António Rocha Dias de Andrade, Flávio Ferreira Sardo, Horácio Camões Sobral e Manuel Pereira Cabral Monteiro.

De imediato o Presidente pôs à consideração da Assembleia a realização ou não do período de antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido rejeitado com 7 votos a favor, 17 votos contra e 1 abstenção do Presidente da Mesa.

Deu-se, de seguida, entrada no período da Ordem de Trabalhos, tendo-se reiniciado a discussão do Ponto nº. 4 da referida ordem.

Deu entrada na sala o Vogal Seiça Neves.

TABELA DE TAXAS E LICENÇAS - ALTERAÇÕES: - Presentes várias informações da Secretaria, aprovadas por deliberações municipais, a proporem as seguintes alterações àquela Tabela:

Que o artº. 20º., nº. 1 passe a ter a seguinte redacção:

"Nº.1 - para sepulturas perpétuas:

- a) sepultura normal (0,65X2,00=1,30m²) - 12.000\$00;
- b) sepultura média (0,95X2,00=1,90m²) - 16.800\$00;
- c) sepultura máxima (2,00x2,00=4 m²) - 20.000\$00;
- d) Por cada metro quadrado ou fracção a mais - 5.000\$00.

Depois de os Senhores Chefe da Secretaria e Capataz dos cemitérios terem prestado pormenorizados esclarecimentos, nomeadamente quanto ao tamanho das sepulturas, pôs-se à votação a referida alteração.

Entrou o Vogal António Alves.

Efectuada a votação obteve-se o seguinte resultado: 25 votos a favor e 2 abstenções.

Artº. 27º.....

Alínea b) - Rink de patinagem - por cada pessoa - 10\$00

alínea c) - campo de ténis

1. por cada pessoa - 20\$00

2. se for menor de 18 anos - 10\$00

Sobre esta alteração o Vogal Carvalho Bernardes, no uso da palavra, chamou a atenção para as deficiências de marcação do campo, que ficou como recomendação à Câmara Municipal.

Também o Vogal Encarnação Dias se referiu a este assunto, salientando a necessidade da construção de mais campos.

Os Vogais Conde Teixeira e Maria Antónia solicitaram também alguns esclarecimentos, tendo o Presidente da Câmara respondido a todos os Vogais intervenientes.

Passou-se então à votação da citada alteração tendo também a mesma sido aprovada com 26 votos a favor e 2 abstenções.

Neste momento deu entrada na Sala a Vogal Maria Joana.

Artº. 27º.....

5 - Estádio Mário Duarte - por cada jogo:

a) Jogos de Júniores, juvenis e reservas - 100\$00

b) Jogos de particulares - 250\$00

c) Jogos de 2ª. e 3ª. divisões - 350\$00

d) Jogos entre clubes da 2ª. e da 1ª. divisões ou entre estes - 500\$00

Foi posta à votação esta alteração tendo também a mesma sido aprovada com 27 votos a favor e 2 abstenções.

Seguidamente o Chefe da Secretaria leu a deliberação camarária tomada na reunião de 19 de Maio do ano findo, segundo a qual foi deliberado que o pagamento da taxa prevista no nº. 3 do artigo 300. - Capítulo VIII da citada tabela, seja efectuado de uma só vez e para sempre, desde que a respectiva licença se mantenha no mesmo nome.

De seguida foi também lida a parte final da deliberação municipal de 19 de Junho do ano findo que deliberou acrescentar o seguinte número ao artº. 300.

Nº. 7 - Postes e marcos - por cada um:

- a) Para decorações (mastros) - por dia - 2\$00;
- b) Para colocação de anúncios ou iluminação - por mês - 130\$00.

Passou-se à votação das referidas alterações à Tabela de Taxas e Licenças, tendo-se obtido o seguinte resultado:

27 votos a favor e

2 abstenções.

De seguida passou-se ao ponto nº. 7 da Ordem de Trabalhos: ALTERAÇÕES AOS QUADROS DO PESSOAL: - No uso da palavra o Chefe da Secretaria da Câmara leu as deliberações municipais que criaram os seguintes lugares: 1 guarda de 2ª.classe; 3 jardineiros de 1ª.classe; 4 jardineiros de 3ª.classe; 3 ajudantes de jardineiro e 3 ajudantes de trolha.

Posta esta proposta à discussão e ninguém tendo usado da palavra, procedeu-se à respectiva votação, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Deu-se, seguidamente, entrada na apreciação do Ponto nº.6 da Ordem de Trabalhos:

AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS (CONTINUAÇÃO) -

O Sr. Presidente da Câmara prestou pormenorizados esclarecimentos sobre a Urbanização do Olho d'Água, nomeadamente quanto à alienação dos respectivos terrenos.

Também o Engº. Maçarico dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara, prestou as informações tidas por convenientes.

Deu entrada na Sala o Vogal António Sancho.

Seguidamente, o Vogal Encarnação Dias, no uso da palavra, sugeriu que o problema das cérceas seja revisto também naquele local.

Falou de seguida o Vogal Bernardes que se referiu ao estudo e aprovação dos planos de pormenor e perguntou se os mesmos se encontram enquadrados no plano geral de urbanização.

O Presidente da Câmara respondeu a todas as questões postas por aqueles Vogais.

Entraram os Vogais António Vieira e Carlos Candal.

Passou-se, de seguida, à votação da proposta apresentada, tendo a mesma sido aprovada com 20 votos a favor e 12 abstenções.

Entrou na Sala a Vogal Maria Josefa.

Passou-se, de seguida, à apreciação da deliberação municipal que decidiu pôr em hasta pública um lote de terreno na Urbanização a Sudeste de Cacia, destinado a habitação e comércio, tendo sobre o assunto o Presidente da Câmara prestado esclarecimentos.

Abandonaram a Sala os Vogais Conde Teixeira e José Maria Raposo.

Posta entretanto à votação a referida deliberação, mereceu a mesma aprovação com 27 votos a favor e 4 abstenções.

Entrou de novo na Sala o Vogal Conde Teixeira.

Seguidamente foi posto à consideração da Assembleia uma proposta de alteração das condições de venda das casas do Edifício-Torre do Núcleo Habitacional da Quinta do Canha.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre o assunto e referiu que a alteração pretendida se baseia na passagem de 2.200 para 2.000 contos a venda das referidas habitações, para assim, os respectivos adquirentes poderem beneficiar da bonificação de juros, devendo, contudo, os restantes 200 contos serem pagos por fora, como benfeitorias.

Como ninguém quisesse usar da palavra, foi de seguida posta à votação aquela proposta, tendo a mesma merecido aprovação com 30 votos a favor e 2 abstenções.

Imediatamente a seguir foi posto à consideração da Assembleia o assunto relativo ao Plano de Pormenor das Agradas de Baixo, tendo acerca do assunto prestado esclarecimentos o Presidente da Câmara, nomeadamente quanto ao contrato a celebrar com as Fábricas Jerónimo Pereira Campos, o qual leu ponto por ponto, referindo também que ele já se encontra inscrito no Plano de Actividades para o ano em curso e que se encontra enquadrado no desenvolvimento do Plano Pormenor do Centro Citadino.

Entrou de novo na Sala o Vogal José Maria Raposo.

Seguidamente, prestou também informações sobre o conteú-

do da minuta do referido contrato, o Vereador da Câmara, Eng^o. Cruz Tavares.

De seguida, o Presidente da Mesa pediu um esclarecimento que lhe foi prestado e pôs, de imediato, o assunto à discussão da Assembleia.

No uso da palavra o Vogal Carlos Candal referiu que este era um contrato com características muito especiais, na medida em que há vários interesses em jogo, como sendo os de índole social, económica e até cultural. Fez seguidamente alguns reparos à redacção da mencionada minuta do contrato, nomeadamente quanto ao § único da cláusula 5^a. Teceu ainda várias considerações quanto à urbanização da zona em causa.

O Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos tidos por convenientes, referentes às questões postas por aquele Vogal.

Também a Vogal Maria Antónia teceu algumas considerações acerca do teor do referido contrato.

O Vogal Manuel Bernardes perguntou quando é que seria entregue aos membros da Assembleia um exemplar do Plano.

O Vereador Eng^o. Cruz Tavares deu explicações sobre os problemas levantados pelos Senhores Vogais.

Também o Vogal Encarnação Dias teceu algumas considerações sobre esta urbanização, nomeadamente quanto ao destino do edifício da antiga fábrica e sua recuperação.

Abandonou a Sala o Vogal Seiça Neves.

Sobre esta questão o Vereador Eng^o. Cruz Tavares disse o seguinte:

"Relativamente às observações do Senhor Encarnação Dias e às preocupações quanto à segurança do edifício e à prudência que deveríamos ter em pensar na ocupação do terreno que resultasse da sua demolição ou da sua ruína. Há dias, nós, não propriamente num trabalho de levantamento técnico, mas numa simples visita que fizemos com o Senhor Presidente, verificámos que o edifício está em óptimas condições de segurança. As paredes exteriores, têm dimensões mais que suficientes, não apresentam qualquer indício de fendilhação mesmo superficial, a não ser num pequeno pano que terá, digamos, a milésima parte do perímetro da fachada, onde por causa de um tubo de queda mal localizado, portanto, em más condições, se está a processar uma infiltração de água das chuvas e que há umas pequenas fendas no pano de tijolo que são perfeitamente recuperáveis e que não colidem em nada com a segurança do edifício. Relativamente ao interior, o edifício está portanto construído para uma determinada finalidade, que é de fornos, estufas, zonas de secagem, etc., que é evidente, numa futura

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

utilização, todos os materiais ou parte dos materiais e das áreas teriam de ser reconvertidas, mas tem já bastantes corpos em betão armado, com o pavimento intermédio em betão armado, com estrutura absolutamente independente do pano de tijolo exterior, portanto o edificio, mesmo a própria estrutura da cobertura, que é em madeira, com um tipo de asnas com uma configuração bonita, continua a ser um bom exemplo de arquitectura industrial, mesmo em estrutura de madeira que não está em más condições, a própria madeira depois de limpa e revestida exteriormente tem condições de durar outros cem anos, o que me leva a acreditar que aquele edificio terá um tempo de vida talvez superior àqueles novos que se irão construir nas redondezas. Portanto, em relação a essa preocupação eu julgo que a situação não é muito má, no entanto, é claro, quando se pensar na reconstrução interior do edificio, tem que se ter em conta o exterior e o travamento, digamos, dos panos exteriores. A conservação do edificio, a conservação propriamente da fachada, não é onerosa, não tem revestimentos que se danifiquem, há apenas pequenas peças que terão de ser substituídas em cerâmica, a própria fábrica dispôs-se a fornecer essas pequenas peças que são algumas até ornamentos, portanto o edificio exteriormente não acarreta grandes encargos na conservação. Todo o arranjo interior é que tem que ser adaptado ao programa que depois for assente, digamos assim, relativo à sua utilização. Mas no nosso ponto de vista, o edificio é recuperável, é altamente vantajoso recuperá-lo e oxalá que as futuras Câmaras, não só para o próximo mandato mas para os outros a seguir, que tenham a coragem de levar o trabalho até ao fim porque supomos que vale bem a pena."

A Vogal Maria António sugeriu que quando da recuperação do edificio em questão, se mantivessem as estufas e os fornos primitivos, dadas as características dos mesmos.

O Presidente da Câmara salientou, de seguida, que se está ainda numa fase de negociações com a Fábrica Campos e, depois, mais tarde, virá à Assembleia um programa-base de todo este empreendimento.

Seguidamente foi posta à votação, na generalidade, a miúdo contrato a celebrar com a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, tendo-se obtido o seguinte resultado:

31 votos a favor e 1 abstenção.

Entretanto o Presidente da Mesa sugeriu à Assembleia uma alteração ao artigo 2º. - alínea c) do referido protocolo.

O Presidente da Câmara disse não ver qualquer inconveniente naquela alteração, tendo o assunto ficado como recomendação à Câmara.

Seguiu-se a votação na especialidade, tendo a mencionada proposta sido aprovada com 31 votos a favor e 1 abstenção.

Abandonou a Sala a Vogal Maria Joana.

Imediatamente a seguir o Presidente da Câmara pôs à consideração da Assembleia, a deliberação municipal que doou à Santa Casa de Misericórdia todo o imóvel sito na Rua João de Moura, em Esgueira, destinado à construção de um Centro de Dia para a Terceira Idade e prestou informações sobre o assunto.

Após breve troca de impressões, foi posta esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada com 29 votos a favor e 2 abstenções.

Seguiu-se a apreciação da deliberação municipal de 4 de Dezembro, findo, que adquiriu um prédio situado junto ao Pavilhão do Beira-Mar, pertencente a D.Maria Luísa Azevedo.

Sobre o assunto, prestaram pormenorizados esclarecimentos a Vereadora D. Eneida e o Eng.º Maçarico dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal.

Os Vogais Manuel Bernardes e Carlos Candal pediram alguns esclarecimentos que lhe foram prestados pelo Presidente da Câmara.

Seguiu-se a votação da referida proposta, tendo a mesma sido aprovada com 30 votos a favor e 1 abstenção.

Entretanto os trabalhos foram interrompidos para almoço. Eram 12 horas e 45 minutos.

Reiniciados os trabalhos, pelas 15 horas, verificaram-se as seguintes presenças:

Alberto Dionísio Branco Lopes, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Judite Yolanda Capelo dos Santos, José Maria Lobo Portugal M.R.Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Manuel de Carvalho Bernardes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Marques Anileiro, António José Ferreira Simões Vieira, Arlindo Cruz, António Pereira Campos Naia, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, Silvério Conde Teixeira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, António Manuel de Almeida Alves, Maria Joana Gaspar de Melo Albino Campos Cruz, Pedro Martins Bastos, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Vital Marques Miranda, António Maio Ferreira Capela e Manuel Gaspar Fernandes.

[Handwritten signatures and initials] .8.

Faltaram os Senhores João Francisco do Casal, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Domingos Simões Maia, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Vitor José Pedrosa da Silva, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, António Rocha Dias de Andrade, Flávio Ferreira Sardo, João Manuel Caniço de Seiça Neves, António Henriques Sancho, Horácio Camões Sobral, Manuel Pereira Cabral Monteiro e Luíz Gonzaga Valente de Sousa.

Imediatamente a seguir foi posta à apreciação a deliberação da Câmara Municipal de 27 de Novembro do ano findo, que adquiriu uma casa pertencente ao Sr. João Gomes Canelas, destinada aos acessos à Passagem Desnivelada de Esgueira.

O Presidente da Câmara prestou informações sobre o assunto, bem como o Engenheiro Maçarico.

Posto o assunto à discussão, o Vogal António Alves, no uso da palavra, perguntou qual o motivo porque os terrenos daquela zona, pertencentes aos particulares, se destinam a zona verde e os adquiridos pela Câmara se destinam a construção.

Depois de o Presidente da Câmara ter esclarecido aquele Vogal, foi de imediato aquela proposta posta à votação, tendo sido aprovada com 27 votos a favor e 1 abstenção.

O Presidente da Câmara pôs de seguida à consideração da Assembleia, a deliberação camarária que aprovou outra do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, que adquiriu duas parcelas de terreno sitas nas Agradas do Norte, destinadas à implantação de um novo posto de recepção de energia.

No uso da palavra o Vogal Alves perguntou qual o critério que presidiu à fixação do preço de 350\$00/m², tendo o Eng^o. Maçarico informado que tal preço teve como base o preço fixado para a zona de Sá-Barrocas.

Também no uso da palavra, o Vogal Gaspar Fernandes disse não concordar com tal critério, dado que na zona de Sá-Barrocas os proprietários têm a possibilidade de permutar esses mesmos terrenos ou até construir e ali não.

Sobre estes considerandos o Presidente da Câmara prestou vários esclarecimentos, nomeadamente quanto ao critério que fixou aquele valor.

De seguida foi posta à votação aquela proposta tendo a mesma sido aprovada com 25 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.

P. J. Landeira 9.
[Signature]

Foi, de seguida, apresentada à Assembleia, a deliberação municipal que adquiriu uma parcela de terreno sita na Marafusa, limite e freguesia de Aradas.

Sobre esta proposta, teceu algumas considerações o Presidente da Câmara, referindo que o mencionado terreno se destina a futura urbanização e venda de lotes para construção, destinados a famílias de reduzidos recursos económicos.

Seguidamente o Vogal Madail - Presidente da Junta de Freguesia de Aradas - prestou também alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Pedro Bastos que expôs algumas dúvidas quanto ao critério que presidiu àquela atribuição de preços, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Câmara.

Seguiu-se ainda demorada troca de impressões acerca deste assunto, em que intervieram os Vogais António Alves, Maria Antónia e Gaspar Fernandes, tendo também o Presidente da Câmara respondido a todas as questões postas por aqueles.

Posta de seguida aquela proposta à votação, obteve-se o seguinte resultado: 18 votos a favor e 10 abstenções.

Seguiu-se a apreciação da deliberação municipal de 27 de Novembro do ano findo, que adquiriu a chamada Ilha do Lé pertencente ao Sr. Gonçalo L. Barbosa Lé.

Depois de o Presidente da Câmara ter prestado alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto aos motivos que levaram àquela aquisição, foi o assunto posto à discussão.

Entretanto abandonou a Sala o Vogal Arlindo Cruz.

Posta seguidamente aquela proposta à votação, foi a mesma aprovada com 26 votos a favor e 1 abstenção.

Entrou de novo na Sala o Vogal Arlindo Cruz.

Seguidamente o Presidente da Câmara submeteu à consideração da Assembleia a deliberação municipal de 20 de Novembro do ano findo, que resolveu adquirir o imóvel conhecido por Casa de Saúde da Vera-Cruz e prestou, acerca do assunto, pormenorizadas informações, nomeadamente quanto aos motivos que levaram a Câmara a tomar aquela resolução, colocando-se, de seguida, à disposição dos Senhores Vogais para quaisquer pontos que porventura quisessem ver esclarecidos.

Tomando a palavra o Vogal Carlos Candal disse não ter dúvidas algumas de que a Câmara se tenha visto na eminência e urgência de andar para a frente e desembaraçar - e bem - a situação, o que não podia era deixar de fazer uma crítica ao facto de não ter sido convocada uma

Assembleia extraordinária para o efeito.

Também no uso da palavra o Vogal Encarnação Dias disse que entendia que tinha sido um bom investimento no campo da cultura, dado que os estabelecimentos oficiais estão cheios, o que quer dizer que era efectivamente uma carência para o concelho. Sugeriu, ainda, que a Câmara deveria proceder já à escritura para assegurar o património e dar um prazo determinado de x anos para a Cooperativa proceder ao pagamento, no caso de querer reaver o estabelecimento.

Seguidamente o Vogal Pedro Bastos perguntou onde é que se tinha ido buscar a importância dispendida já com a Cooperativa, pois a Assembleia tinha aprovado o orçamento anual da Câmara, cujas verbas eram destinadas à execução das obras constantes do plano de actividades também aprovado pela Assembleia. Disse ainda que não concordava com a análise feita sobre o negócio, pois quanto a ele com a cultura e o ensino não se negocia. Investe-se.

Perguntou, a finalizar, o mesmo Vogal, quais os critérios que vão ser adoptados para o acesso àquele estabelecimento, sem excepção a todas as crianças.

Seguidamente o Vogal António Alves pediu uma intervenção da Vogal Maria Josefa, para, na qualidade de Directora daquela Cooperativa, o esclarecer do que efectivamente se tinha passado, pois que numa reunião realizada na Cooperativa, a que ele tinha assistido, foi aventada a hipótese do Ministério participar na aquisição daquele edifício.

A Vogal Maria Antónia, no uso da palavra, fez também uma crítica à Câmara Municipal pelo facto de não ter sido convocada uma reunião extraordinária da Assembleia e perguntou, em nome do seu grupo parlamentar, qual a utilização que a Câmara pretende dar ao edifício, no caso de o mesmo deixar de ser utilizado como estabelecimento de ensino.

Seguidamente, o Presidente da Câmara ao responder a todas as questões postas por aqueles Vogais, salientou o facto de ter assumido, ele próprio, a responsabilidade do problema e chamou a atenção para a leitura da deliberação da Câmara aonde o problema aparece como ratificação de um acto do Presidente.

Deu entrada na Sala o Vogal Henrique Domingos.

Imediatamente a seguir o Presidente da Assembleia leu uma proposta apresentada pelo grupo parlamentar do C.D.S. que é do seguinte teor: "Tendo em conta o extraordinário interesse de que se reveste o funcionamento da Cooperativa de Ensino Santa Joana, propomos a compra do imóvel pela Câmara Municipal de Aveiro e a venda à Cooperativa, com paga-

[Handwritten signatures and initials]

mento diferido no prazo de três anos, se estiver interessada".

Continuando no uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que a Câmara teve o cuidado de não fixar uma renda, por causa do vínculo jurídico que iria criar em relação à Cooperativa.

Seguidamente a Vogal Maria Josefa, no uso da palavra, disse que a Cooperativa contava efectivamente com um subsídio do Ministério, mas sim destinado ao apetrechamento e posterior funcionamento do estabelecimento e não para a compra do edifício.

Saiu o Vogal Madail.

O Presidente da Câmara, continuando, disse que a proposta apresentada é simplesmente a aquisição do imóvel e era isso que era necessário a Assembleia ratificar.

O Presidente da Mesa pôs de seguida à votação da Assembleia, a ratificação da deliberação da Câmara que resolveu a compra do imóvel em causa.

Feita a votação obteve-se o seguinte resultado: 24 votos a favor e 4 abstenções.

Seguidamente foi posta à consideração da Assembleia a admissão da proposta apresentada pelo Senhor Encarnação Dias.

Seguiu-se prolongada troca de impressões entre vários Vogais, acerca da proposta do C.D.S., tendo sido decidido que a referida proposta funcione como recomendação à Câmara.

Posta então à votação a referida "Recomendação", obteve-se o seguinte resultado:

14 votos a favor, 1 voto contra e 12 abstenções.

Seguidamente o Vogal Henrique Domingos fez a seguinte declaração de voto: "Votei a favor da proposta de recomendação à Câmara Municipal, por ter por base uma proposta do C.D.S. com a qual estou plenamente de acordo e em todo o seu conteúdo, uma vez que considero que não havia qualquer contradição entre aquela proposta e a deliberação camarária que de modo algum exclui a possibilidade de cumprir a deliberação desta Assembleia no sentido de vender o imóvel conhecido por Casa de Saúde da Vera-Cruz ao Estabelecimento de Ensino Santa Joana Cooperativa de Ensino e Cultura R.L."

Os Vogais Carlos Candal, António Alves e Henrique Gouveia fizeram também a seguinte declaração de voto: "Abstivemo-nos porque carecemos de elementos que nos permitam saber se o prazo de 3 anos é adequado aos fins visados pela recomendação".

Também os Vogais Celso Gomes e Josefa Cipriano fizeram, respectivamente, as seguintes declarações de voto:

"Votei contra a proposta de recomendação do Sr. F. Encarnação Dias por a entender carecida dos elementos indispensáveis para aceitação ou rejeição esclarecida".

"As minhas abstenções devem-se ao facto de pertencer aos Corpos Gerentes da Cooperativa".

Saíram os Vogais Maria Joana e José Maria Raposo.








A finalizar, o Presidente da Câmara pôs à consideração da Assembleia a deliberação municipal de 8 do mês em curso, que adquiriu várias parcelas de terreno destinadas à supressão da Passagem Superior junto à Fábrica Renault e prestou pormenorizados esclarecimentos quanto ao assunto, nomeadamente quanto aos respectivos preços por metro quadrado.

Posto o assunto à discussão e ninguém querendo usar da palavra, foi de imediato a referida proposta posta à votação, tendo sido aprovada com 24 votos a favor e 1 abstenção.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do n.º 4 do Art.º 105.º da Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por todos os membros presentes, depois de subscrita por mim        Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

